

Reunião Ordinária – Ata nº 01/2012

Data – 2012-01-09

Início – 14.30 horas

Local – Cidade de Abrantes, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho

Termo – 00.00 horas

Presenças:

Presidente Maria do Céu de Oliveira Antunes Albuquerque

Vereadores Rui Miguel dos Santos Serrano
Celeste Maria Ferreira Riachos Simão
Manuel Jorge Séneca Valamatos dos Reis
António Manuel de Santana Maia Leonardo
António Manuel Belém e Ferreira Coelho
Carlos Manuel Godinho Gonçalves Arês

Assistente Técnica – Ana Paula Aires Marques



Falta Justificada: O vereador António Manuel Belém e Ferreira Coelho apresentou justificação para a falta à reunião de 29 de dezembro de 2011.



Resumo Diário da Tesouraria de 06-01-2012:

a) Dotações Orçamentais €1.327.492,27
b) Dotações não Orçamentais €133.013,42

Total das Disponibilidades €1.460.505,69



A Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, quando eram catorze horas e trinta minutos, dando início ao período de intervenção aberto ao público.



PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO

(Lei nº 169/99, de 18 de setembro, Artigo 84º nº 7, com as alterações introduzidas pela Lei Nº 5-A/2002, de 11 de janeiro)

[Handwritten signatures]

Esteve presente na reunião, um grupo de moradores de Abrançalha de Cima, representado por Isabel António, que começou por referir que tiveram conhecimento de uma proposta de deliberação, apresentada pelos vereadores do PSD, sobre a proibição de estacionar naquela localidade e disse concordarem com o conteúdo da mesma.

No âmbito dessa concordância, procedeu à entrega de um abaixo-assinado do seguinte teor:

"Os moradores de Abrançalha de Cima vêm solicitar a V. Ex^a que seja retirada a faixa amarela colocada junto à berma da rua que atravessa esta localidade e proíbe o estacionamento de veículos, uma vez que a estrada é suficientemente larga para permitir o estacionamento de veículos (ligeiros ou pesados), sem causar embaraço ao trânsito, e o trânsito é diminuto (resume-se partitamente aos moradores).

Ora, tendo construído a sua casa em Abrançalha de Cima, sentem-se os moradores prejudicados pela Câmara pela proibição de estacionar os seus veículos junto às suas habitações, assim como os seus familiares e amigos, tendo até em conta a onda de assaltos a veículos que tem varrido o concelho e o país, tanto mais que tal situação não causa qualquer embaraço ao trânsito."

A Presidente da Câmara informou que a proposta em questão não se encontra agendada para discussão na reunião de hoje, atendendo a que a mesma foi remetida para avaliação dos serviços técnicos.

Referiu que se trata de um problema recorrente, ao qual a Câmara Municipal tem procurado empenhadamente e em articulação com todos os envolvidos, dar uma resposta. Infelizmente, não tem existido a necessária razoabilidade de todas as partes envolvidas. Tratando-se de uma situação complexa, sem que esteja concluída a informação solicitada aos Serviços Técnicos, e sem que sejam ouvidas todas as partes, incluindo a GNR e o grupo de moradores que apresenta o abaixo-assinado em apreço, não é possível assumir qualquer tipo de compromisso. Logo que todo este processo esteja concluído, o assunto será agendado para discussão em Reunião de Câmara.

A munícipe Isabel António voltou a usar da palavra para solicitar à Câmara Municipal que fizesse uma análise objetiva da situação, que verificasse que a rua é bastante larga e que o estacionamento de veículos pesados e ligeiros não causa qualquer embaraço ao trânsito, pelo que não há qualquer justificação para que sejam tomadas quaisquer medidas restritivas quanto ao estacionamento de veículos naquela rua.

A Presidente da Câmara voltou a frisar, que só após a avaliação técnica é que a Câmara se pronunciará relativamente ao assunto e que a seu tempo serão informados sobre o desenrolar deste processo.

Referiu ainda que a Câmara Municipal não foi atempadamente informada sobre a participação dos munícipes nesta reunião, razão pela qual o assunto não se encontra agendado para discussão na reunião de hoje.

Agradeceu a presença de todos, e reiterou a impossibilidade de adiantar qualquer informação acerca do assunto, atendendo a que será necessário analisar todos os dados para que a Câmara se possa pronunciar, pelo que não vai fazer qualquer juízo de valor sobre a legitimidade desta proposta e daquilo que são os interesses dos moradores.

A Presidente da Câmara deu por encerrado o período de intervenção aberto ao público, tendo-se passado ao ponto seguinte.



Foi aprovada, por maioria, com a abstenção dos vereadores, Celeste Maria Ferreira Riachos Simão e António Manuel Belém e Ferreira Coelho, por não terem estado presentes, a parte da ata relativa às intervenções do executivo, da reunião anterior, com exceção das deliberações aprovadas em minuta.

Foi dispensada a sua leitura, por ter sido distribuída previamente a todos os membros da Câmara Municipal.



INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO ANTES DA ORDEM DO DIA

(Artigo 86º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei Nº 5-A/2002, de 11 de janeiro)

PRESIDENTE DA CÂMARA

Nº 18 - A Presidente da Câmara apresentou para homologação o relatório final do júri do concurso público nº 100/2011, referente ao fornecimento de mobiliário para as escolas do 1º ciclo e jardins-de-infância do concelho de Abrantes, que mantém o teor e as conclusões do relatório preliminar, nomeadamente no que se refere à ordenação das propostas e à respetiva fundamentação.

Assim e em consequência da análise detalhada expressa no relatório preliminar, o júri sugere a adjudicação, com a fundamentação constante do referido relatório preliminar, nos seguintes termos:

LOTE 1:

À firma MLM — Mobiliário, Lda., pelo valor de 24.578.00 €, por se apresentar a economicamente mais vantajosa.

LOTE 2:

À firma PINOFIL — Pinho Noites & Filhos. Construção de Móveis e Empreitadas de Obras Públicas, Lda., pelo valor de 32.382,30 €, por se apresentar a economicamente mais vantajosa.

LOTE 3:

À firma EQUIPEX — Equipamento & Mobiliário Escolar, Lda., pelo valor de 21.349,26 €, por se apresentar a economicamente mais vantajosa.

LOTE 4:

À firma NAXOL — Mobiliário de Escritório, Construção e Decoração de Interiores, Lda., pelo valor de 41.823,93€, por se apresentar a economicamente mais vantajosa.

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no Artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Deliberação Aprovada em Minuta: Por unanimidade, homologar o relatório final do júri do referido concurso, devendo os respetivos serviços procederem em conformidade.



A Presidente da Câmara apresentou para aprovação, o seu despacho datado de 6 de janeiro de 2012, do seguinte teor:

Considerando que se torna necessário proceder a nomeação de comandante dos bombeiros municipais de Abrantes, considerando que o quadro de comando não está estruturado sob o regime do DL 106/2002 de 13/4, mas de bombeiros mistos na dependência do Município ao abrigo do artigo 32º nº 8 do DL 241/2007 de 21/6, e considerando o regime não substituído quanto aos bombeiros mistos na dependência do Município previsto no artigo 19º do DL 295/2000 de 17/11, na redação do DL 209/2001 de 28/7, nomeio, como comandante dos Bombeiros, António Manuel Henriques de Jesus, dotado das competências necessárias para o efeito, cidadão que também reúne os requisitos para nomeação, e como tal o nomeio, no cargo de comandante operacional municipal de proteção civil, conforme o desfecho do procedimento concursal aberto, de acordo com a tramitação aplicável da Lei 2/2004 de 15/1, por despacho de 16 de Junho de 2011.

A nomeação para o cargo de comandante operacional municipal por inerência está sujeita ao regime do artigo 13º da Lei nº 65/2007 de 12/11 e dos artigos 42º e 49-A do DL 49/2003 de 25/3, sendo exercida pelo período de 3 anos."

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no Artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Deliberação Aprovada em Minuta: Por unanimidade, aprovado o referido despacho.



Na sequência de um pedido de esclarecimentos apresentado pelos vereadores do PSD, na reunião de 29 de dezembro de 2011 e que ficou por esclarecer, no qual questionavam, e passou a citar:

"Se é verdade, conforme foi noticiado recentemente, que o Curso de Tecnologias de Informação e Comunicação de Abrantes ficou deserto este ano, no final das três fases de acesso ao ensino superior?

(Porque, a ser verdade, seria absolutamente irracional e lesivo da coisa pública investir num segmento de mercado que está esgotado.)."

A Presidente de Câmara, apresentou os seguintes dados fornecidos pela Escola Superior de Tecnologia de Abrantes, dos quais entregou cópia aos vereadores do PSD:

No ano letivo 2011/2012 registaram-se 153 candidaturas, das quais 80 corresponderam ao contingente geral:

- Licenciatura em Comunicação Social - 36 candidaturas;
- Licenciatura em Engenharia Mecânica - 4 candidaturas;
- Licenciatura em Tecnologias de Informação e Comunicação - 1 candidatura;

- Licenciatura em Vídeo e Cinema Documental - 39 candidaturas.

No final, e considerando as candidaturas relativas ao Programa Maiores de 23, mudanças de curso, transferências, reingressos e titulares de curso superior ou CET, registaram-se os seguintes números de candidatos:

- Comunicação Social- 44 candidaturas;
- Engenharia Mecânica – 41 candidaturas;
- Tecnologias de Informação e Comunicação – 20 candidaturas;
- Vídeo e Cinema Documental – 48 candidaturas.

Referiu também que no ano letivo 2011/2012 se encontram matriculados na Escola de Tecnologia da Abrantes, um total de 540 alunos.

Apresentou ainda um quadro que reflete a evolução do número de alunos da ESTA. No ano letivo 1999/2000, eram 113 os alunos inscritos. Desde esse ano e até ao ano letivo 2007/2008, registou-se um crescimento contínuo do número de alunos que, nesse ano, eram 814. Em 2008/2009 registou-se uma quebra nessa tendência, mas logo no ano letivo seguinte o número de alunos voltou a crescer atingindo os 588 alunos. Como já tinha referido, este ano letivo encontram-se matriculados 540 alunos.

Salientou que são números bastante animadores e que motivam para continuar a trabalhar no sentido de garantir a continuação da Escola Superior de Tecnologia em Abrantes, nomeadamente através do desenvolvimento de políticas que levem à melhoria das condições de trabalho e ao aumento da capacidade de resposta da escola.

Referiu igualmente que, contrariamente à posição do PSD, para este executivo é fundamental criar condições para que a ESTA continue instalada em Abrantes, uma vez que ela assume um papel estruturante no desenvolvimento do concelho, não só pela sua capacidade de atrair mais jovens, como também pelo facto da atração desses quadros jovens poder responder às necessidades das empresas instaladas no concelho, na formação de ativos, e também de jovens que possam encontrar aqui o seu lugar para trabalhar.

Lamenta, mais uma vez, que o PSD de Abrantes continue a fazer política à volta da ESTA, criando alguma suspeita sobre a sua continuidade.

Disse que é fundamental trazerem estes números com toda a transparência à opinião pública, para que se perceba que o investimento que foi anunciado é primordial para lutar pela manutenção da escola em Abrantes. Hoje, para podermos ser competitivos, é necessário tomar algumas decisões que podem ser controversas e não agradar a todos, mas que são claramente vantajosas para o que se quer em termos de estratégia de curto e médio prazo.

O vereador António Belém Coelho questionou se as mudanças de curso são internas ou externas.

A Presidente respondeu que são de outros politécnicos para Abrantes.

Relativamente a esta matéria, o vereador Santana-Maia Leonardo disse que foram os órgãos de comunicação social nacionais, designadamente, o Jornal de Notícias e o Diário de Notícias, que noticiaram que o Curso de Tecnologias de Informação e Comunicação de Abrantes tinha ficado deserto este ano, no final das três fases de acesso ao ensino superior. Ora, a ser verdade, isso não podia deixar de ser motivo de preocupação para todos nós.

Por outro lado, os vereadores eleitos pelo PSD nunca foram contra a ESTA, tanto assim que sugeriram o Mercado Diário e a requalificação do atual edifício da ESTA como alternativas à compra do Edifício Milho. O que os vereadores eleitos pelo PSD são contra é a compra do Edifício Milho para a instalação da ESTA por considerarem que o mesmo não reúne as condições para o efeito e que o seu preço não o justifica.

A Presidente da Câmara disse que não tem mais informação, a não ser aquela que é veiculada pela comunicação social nacional, de que há uma intenção efetiva de extinguir politécnicos e reduzir a oferta formativa, nomeadamente a esse nível. Todos sabem as condições atuais em que escola funciona e as dificuldades com que se depara. Mais referiu que a sua obrigação, enquanto responsável máxima deste município, é criar as melhores condições para a garantia de que esta escola aqui continue e está plenamente convicta que o que fizeram foi o mais adequado, porque estão a trabalhar com um edifício pronto, o que se torna relevante para se poder imediatamente avançar com a mudança da escola, libertando o Convento de São Domingos. Por um lado, para a obra de regeneração urbana que se impõe, e por outro, permitindo que os alunos possam ter melhores condições para trabalhar.

Acrescentou ainda que, todas estas decisões podem ser decisivas, para quem vier a determinar se a escola é para manter em Abrantes, ou não. Por isso, tem pedido reiteradamente à oposição, para se ter cautela em relação a esta matéria.



A Presidente da Câmara, na sequência de um requerimento apresentado pelos vereadores do PSD, na reunião de 12 de dezembro de 2011, relativamente a contratos de publicidade, apresentou a seguinte informação:

"1. Em Dezembro de 2009, o Grupo media on, Lda., apresentou à Câmara Municipal, proposta para a realização de protocolo no âmbito da prestação de serviços de publicidade e informação/divulgação. A este respeito, refira-se que, desde 2002, a Câmara Municipal possuía protocolo neste âmbito com as duas rádios locais.

2. Por entender ser importante reforçar a política de comunicação externa do Município e aumentar a visibilidade das atividades que se realizam sob a responsabilidade da autarquia, e numa perspetiva de equidade e transparência, a Câmara Municipal considerou pertinente que a contratualização de serviços de publicidade fosse alargada aos vários órgãos de comunicação social local;

Com base nas propostas apresentadas, e de acordo com o previsto no Código dos Contratos Públicos (CCP), foram preparados os respetivos cadernos de encargos.

3. Em Julho de 2010, foi pedida autorização de despesa e abertura de procedimento para a realização dos Contratos de Aquisição de Serviços de Publicidade do Município de Abrantes, de acordo com o previsto no CCP.

Os valores a contratualizar tiveram como referência as tabelas de publicidade de cada um dos meios de comunicação social que, à data, se encontravam em vigor.

4.A proposta de contratação de serviços foi aprovada, nos termos propostos, em Agosto de 2010.

5. Nos termos previstos no CCP, foi enviado convite e caderno de encargos para a aquisição de serviços de publicidade do Município de Abrantes.

6. Após receção e análise das propostas, os serviços foram adjudicados tendo sido, nessa conformidade, assinados os contratos n.º 60/2010, 61/2010, 62/2010 e 64/2010, em Outubro desse mesmo ano.

Estes contratos publicitários foram estabelecidos no âmbito da legislação em vigor e divulgados nos meios próprios, não tendo a Câmara Municipal de Abrantes qualquer influência editorial junto dos órgãos de comunicação social com quem contratualizou publicidade institucional.

7. Reforça-se que, o facto de existir esta contratualização, não invalida a necessidade de publicação esporádica de anúncios, avisos e editais noutros órgãos de comunicação social local, regional ou nacional.

Nestes casos, a Câmara contratualiza outras publicações (exemplo: avisos, editais), tendo em atenção o público-alvo que atingem e a sua periodicidade. São sempre privilegiados os valores da publicidade, mas em conciliação com a capacidade dos órgãos atingirem os públicos-alvo, o que se avalia pela tiragem e inserção local ou regional."

Acrescentou ainda que, o que a Câmara Municipal contratou ao abrigo do código dos contratos públicos com cada um dos órgãos de comunicação social, tem a ver com o seguinte:

- Rádio Tágide, 14 spots diários;
- Rádio Antena Livre, 12 spots diários e a informação disponível na página da internet;
- Jornal de Abrantes, uma página mensal, um caderno especial em Junho e a disponibilização da informação na internet;
- Jornal A Barca, uma página mensal.

Por fim, e em prol da transparência, para que não subsistam dúvidas e não se continue a alimentar polémicas, procedeu à entrega de toda a documentação aos vereadores do PSD para que a usem como entenderem, acautelando o interesse público em relação a esta matéria.



VEREADOR ANTÓNIO BELÉM COELHO

O vereador António Belém Coelho, apresentou o seguinte pedido de esclarecimentos dos vereadores eleitos pelo PSD:

"Em 9 de Junho de 2010, apresentámos uma proposta para demolição das ruínas da oficina do oleiro sita em Chainça, no cruzamento da Rua dos Oleiros com a Travessa com o mesmo nome, com vista não só a evitar o estrangulamento da rua mas também por razões estéticas, de saúde pública e de segurança
Na reunião de 27/6/2011, quando a proposta foi colocada a votação, por sugestão da senhora presidente da câmara, foi aprovada, por unanimidade, remeter a situação identificada à Fiscalização Municipal para informar para posterior deliberação sobre este assunto.

Sete meses passados sobre esta deliberação parece-nos tempo suficiente para que a Fiscalização Municipal elaborasse a informação requerida, tendo até em conta os riscos para a saúde pública e segurança que esta situação acarreta. Pelo exposto gostaríamos de saber se a informação já está disponível ou qual a razão por que ainda não está."

A Presidente da Câmara encaminhou o assunto para os serviços prestarem a informação solicitada.



Apresentou também uma proposta de deliberação dos vereadores do PSD, sobre "Travessa da Rua da Palma - Lixeira".

A Presidente da Câmara remeteu a referida proposta, para agendamento numa próxima reunião.



VEREADOR SANTANA-MAIA LEONARDO

O vereador Santana-Maia Leonardo, em nome dos vereadores eleitos pelo PSD, apresentou o seguinte pedido de esclarecimentos sobre a RPP Solar:

"Depois de termos sido, durante os últimos dois anos, sistematicamente desconsiderados e, muitas vezes, ofendidos pela senhora presidente da câmara sempre que pedíamos esclarecimentos sobre o andamento do projeto RPP Solar, parece que a senhora presidente da câmara começa agora a compartilhar das nossas preocupações, a fazer fé nas suas declarações ao jornal Correio da Manhã. Acontece que há algumas coisas no procedimento da câmara que nos continuam a intrigar.

(I) Em primeiro lugar, por que razão, tendo sido aprovado na reunião da Câmara de 15 de Setembro de 2011, sob proposta da senhora presidente e pela segunda vez, a recalendarização do projeto, o promotor só foi notificado no dia 24 de Outubro, tendo-lhe sido concedido, desta forma enviesada, mais um mês aos dois meses que tinham sido aprovados na reunião da câmara?

De facto não se compreende tanto facilitismo quando o promotor não só já tinha falhado todos os prazos contratados como, inclusive, tinha falhado o prazo de 15 dias que, anteriormente, tinha solicitado e lhe tinha sido concedido.

Aliás, se a putativa garantia bancária pôde chegar à câmara por fax no último dia do prazo, a notificação da concessão de mais dois meses de prazo também podia ter sido remetida ao promotor pela mesma via.

(II) Em segundo lugar, não nos pode deixar de causar perplexidade a revelação ao Correio da Manhã da senhora presidente da câmara de que «não foram mantidos quaisquer contactos» com a RPP Solar desde que a autarquia decidiu dar um novo prazo a Alexandre Alves, antes de declarar a caducidade do licenciamento do projeto.

Então a Câmara concede um novo prazo de dois meses ao promotor (e que, na prática, são quatro meses) e, durante esses quatro meses, não procura saber o estado do

projeto ou será que esta estranha passividade da Câmara significa precisamente que está ciente de que o projeto não se vai concretizar?

Mas, se assim é, por que razão propôs a senhora presidente da câmara, pela segunda vez, a recalendarização do projeto?"

Em relação a este pedido, a Presidente da Câmara começou por referir que entende que os vereadores do PSD queiram fazer oposição contra o atual executivo e contra as suas políticas, no sentido de ganharem algum protagonismo político em relação a esta matéria, o que não entende, é que o façam contra aquilo que é o superior interesse do município.

Disse também que não tem consciência absolutamente nenhuma de alguma vez lhes ter faltado ao respeito ou ter sido mal-educada, contrariamente ao que acontece sistematicamente com as propostas que os senhores vereadores apresentam e as declarações que fazem para a ata, pelo que em relação a essa matéria, está perfeitamente tranquila.

Referiu que continua sem perceber qual é a posição dos vereadores do PSD em relação à RPP Solar, porque todos os pedidos de prorrogação foram aprovados por unanimidade em reunião de Câmara, subentendendo-se que é entendimento de todos, que sejam criadas todas as condições para que este projeto, independentemente das contrariedades, possa ir para a frente, porque se isso acontecer, mesmo que seja só a primeira fase, com esta unidade quase praticamente concluída, serão criados 300 postos de trabalho, que hoje fazem toda a diferença. O que espera deste executivo e deste órgão é que possam trabalhar todos para o mesmo fim.

Quanto à notificação, explicou que a mesma não foi enviada na semana antes do dia 24 de outubro e salientou que não tem qualquer responsabilidade pelo facto do promotor não ter recebido a carta até essa data.

Todos sabem que os procedimentos internos da Câmara Municipal, não são aprovar hoje e enviar amanhã. Há assuntos que carecem de aprovação e que só têm efeito após a aprovação da ata da reunião, pelo que, existe um tempo de espera que é necessário salvaguardar.

Referiu também que teve, há muito pouco tempo, uma reunião formal com o promotor do projeto, mas de momento não lhe é possível adiantar mais sobre o assunto, porque tudo o que vier a dizer agora, só servirá para fazer especulação.

O vereador António Belém Coelho disse que, face a outras situações que se tem vindo a verificar no concelho ao nível do desemprego, necessitam com urgência de uma definição e que a mesma seja positiva. Salientou que não estão contra o projeto e gostariam que o mesmo já estivesse a funcionar há muito tempo.

O vereador Santana Maia Leonardo acrescentou ainda que a preocupação dos vereadores do PSD, é que a câmara municipal perca o dinheiro que já investiu e que nunca mais o recupere.

A Presidente da Câmara terminou dizendo que o promotor está a desenvolver todos os esforços para conseguir levar este negócio por diante e que todos sabem como está a economia nacional.

ORDEM DO DIA

(Artigo 87º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei Nº 5-A/2002, de 11 de janeiro).

Nº 1 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação, o Plano Prévio de Intervenção no Arquivo Histórico Eduardo Campos. - 56691

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o referido Plano Prévio de Intervenção.

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Divisão Jurídica

Nº 2 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação, minuta de compra e venda referente ao prédio urbano, designado por lote 13, sito na Herdade de Caldeiro, em Bemposta, Abrantes, a celebrar entre o Município de Abrantes e Francisco José Oliveira de Jesus e Cátia Alexandra Fernandes Gama, no valor de 13.520,00€ (treze mil quinhentos e vinte euros). - 45810

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a referida minuta, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para a sua assinatura.



Nº 3 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, na sequência de uma Informação do Serviço de Contencioso, Notariado e Contratos, datada de 27 de dezembro de 2011, acerca da ata de condóminos do condomínio do prédio sito na Rua Luis de Camões, nº 42,44 e 44-A, freguesia de São João, Abrantes, enviada pela firma Torresgás II – Gestão de Condomínios, Lda., referente aos encargos da fração A do referido prédio. - 52326

Deliberação: Por unanimidade, aprovar os encargos relativos à fração A do prédio sito na Rua Luis de Camões, nº 42,44 e 44-A, freguesia de São João, Abrantes, nos termos da referida Informação do Serviço de Contencioso, Notariado e Contratos.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 4 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 30 de dezembro de 2011, inerente às impugnações do relatório final do procedimento concursal para aquisição de serviços de limpeza de edifícios municipais.

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o referido despacho do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano.



Divisão Financeira

Nº 5 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante a uma informação da Divisão Financeira, que remete, para aprovação, a 1ª proposta de alteração orçamental 2012, da Câmara Municipal de Abrantes.

Deliberação: Por unanimidade, aprovada a referida alteração orçamental, nos termos da Informação da Divisão Financeira.



Nº 6 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para ratificação do órgão executivo, a substituição do Anexo 2 ao contrato de financiamento do empréstimo BEI (Simulação do Plano de Utilização e Reembolso), referente às candidaturas da empreitadas dos centros escolares de Alferrarede e Rio de Moinhos, atendendo a que a Câmara Municipal foi novamente notificada pelo IFDR, para um lapso ocorrido no cálculo das prestações semestrais constantes do referido Anexo, do qual resulta agora num decréscimo de cerca de 1.100,00€ nos encargos semestrais. - 28108

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o referido despacho.

À Divisão Financeira para os devidos efeitos.

DEPARTAMENTO DE INTERVENÇÃO SOCIAL

Divisão de Cultura e Turismo

Nº 7 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação, a dispensa do pagamento das taxas correspondentes à cedência do Cineteatro São Pedro, conforme lista abaixo:

Proc.º	Entidade	Evento	Data	Taxa	Valor
54713	Grupo Teatro Palha de Abrantes	Peça Infanto-juvenil	21.01. e 04.02.2012	Cedência do auditório do Cineteatro São Pedro	516,44€

Deliberação: Por unanimidade, autorizada a dispensa total do pagamento das respetivas taxas, conforme listagem acima, de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 8 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente à Informação Nº 02/OD/12 da Divisão de Cultura e Turismo, datada de 5 de janeiro de 2011, que remete para aprovação a seguinte proposta: - 57039

"Considerando que as normas de apoio financeiro às associações do concelho estão a ser reformuladas;

Considerando que dada a exigência e complexidade que esse trabalho exige, se entendeu que a aplicação destas normas deveria ter efeitos só a partir do próximo ano, dando assim mais tempo para uma reflexão mais aprofundada sobre esta matéria.

Considerando a atual conjuntura socioeconómica em que vivemos que exige uma contenção sobre toda as atividades previstas para o corrente ano;

Propõe-se:

1 - A manutenção, durante o corrente ano, das normas de apoio em vigor, relativamente ao Fincult (associações culturais);

2 - A extensão do prazo para apresentação das candidaturas até ao dia 31 de janeiro de 2012;

3 - A aplicação de uma redução de 30% sobre o valor de cada candidatura apresentada."

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o ponto 1 e 2 da referida proposta.

Quanto ao ponto 3, foi decidido por unanimidade, adiar a sua a provação para uma reunião de Câmara posterior dada a necessidade de se proceder à sua análise de forma mais aprofundada.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



Divisão de Educação e Ação Social

Nº 9 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação, minuta de protocolo a celebrar entre o Município de Abrantes e diversas instituições de solidariedade social, com vista ao fornecimento de refeições (almoço e/ou jantar) a pessoas em situação de carência alimentar grave e urgente, sinalizadas pelos parceiros da Rede Social de Abrantes ao Serviço de Ação Social da CMA. - 57027

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a referida minuta de protocolo, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para a sua assinatura.

Ata da reunião de -09- de janeiro- de 2012

Os vereadores do PSD apresentaram a seguinte declaração de voto:

"Os vereadores eleitos pelo PSD votam favoravelmente esta deliberação até porque a mesma reproduz textualmente a proposta que os vereadores eleitos pelo PSD apresentaram na reunião da câmara de 18/4/2011 e que foi rejeitada, na reunião de 2/5/2011, pela maioria (PS e ICA). Por aqui se vê a diferença de comportamento entre os vereadores eleitos pelo PSD e os restantes vereadores. Para os vereadores eleitos pelo PSD, ao contrário dos restantes vereadores, as propostas são avaliadas tendo apenas em conta o seu mérito, independentemente de quem as apresenta."



Nº10 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma Informação do Serviço de Ação Social da Divisão de Educação e Ação Social, datada de 15 de dezembro de 2011, acerca do pedido de dispensa do pagamento de taxas de ocupação de via pública, no montante de 387,60€, apresentado por Alexandrina Júlia Freire da Mata Silva, para realização de obras na sua moradia, sita na Rua da Fosforeira, nºs 25 e 27, Barreiras do Tejo, Abrantes, alegando insuficiência económica para o efeito.

Após uma análise do processo, constatou-se que a requerente auferia uma pensão insuficiente para assegurar as suas despesas diárias. - 46452

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a dispensa total do pagamento das respetivas taxas, no valor de 387,60€ (trezentos e oitenta e sete euros e sessenta cêntimos), acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município e nos termos da referida Informação do Serviço de Ação Social da Divisão de Educação e Ação Social.

Aos respetivos serviços para procederem em conformidade.



Divisão de Desporto e Juventude

Nº 11 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação, minuta de protocolo de estágio, a celebrar entre o Município de Abrantes e o Agrupamento de Escolas Verde Horizonte, no âmbito do Curso Tecnológico de Desporto. - 55125

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a referida minuta de protocolo, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para a sua assinatura.



Divisão de Bibliotecas e Arquivos

Nº 12 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara, apresentou a ata da reunião final do júri do Prémio de Investigação Histórica Eduardo Campos, que considerou não haver nenhum merecedor da atribuição do prémio, por não estarem reunidos todos os atributos

Ata da reunião de -09- de janeiro- de 2012

expressos nos critérios de análise. No entanto considerou ser merecedor de especial destaque e menção honrosa, o trabalho intitulado "Genealogia das famílias de São Miguel do Rio Torto e Tramagal". - 50456

Tomado conhecimento.

DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO

Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística

Nº 13 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara Rui Serrano, referente à Informação Nº 154/2011.CL, datada de 28 de setembro de 2011, acerca do pedido de licenciamento de alteração ao alvará de loteamento 5/03, referente ao lote 2, sito em Caldeiro, freguesia de Bemposta, Abrantes, requerido por Luis Manuel Albino Moura. - 33060

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a pretensão, que consiste na alteração das áreas de implantação e construção do Lote 2, de 250,00m² e 300,00m², ambas para 450,00m². No restante mantêm-se as prescrições constantes no alvará aprovado.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística para proceder em conformidade.



Nº 14 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara Rui Serrano, referente à Informação Nº 001/2012.CL, datada de 2 de janeiro de 2012, acerca do pedido de licenciamento de alteração ao alvará de loteamento 13/90, referente ao lote 9, sito na Quinta do Bom Sucesso, Alferrarede Velha, freguesia de Alferrarede, Abrantes, requerido por Luis dos Santos Venâncio. - 34235

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o pedido de alterações apresentado, nos termos e com os condicionamentos sugeridos pela referida Informação Nº 001/2012.CL da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, que se dá por transcrita.

Quanto ao défice de 5,6 m² de áreas destinadas a espaços verdes e equipamentos de utilização coletiva causado pela presente operação urbanística, deverá o mesmo ser compensado em numerário, nos moldes previstos pelo nº 3 do Artigo 60º do RUE (Regulamento da Urbanização e da Edificação), considerando que a dimensão e a localização das áreas de cedência não apresentam condições para uma boa utilização pública.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística para proceder em conformidade.

Nº 15 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara Rui Serrano, na sequência de uma Informação do Diretor do Departamento de Obras e Urbanismo, acerca do pedido de licenciamento para ação de destruição do revestimento vegetal para fins não agrícolas, num local designado por Azenha Velha, artigos 30,34 e 36 secção E da Freguesia de Alferrarede, Abrantes, para plantação de eucaliptos, numa área de 6,8 Ha, conforme requerido por Maria do Rosário Vieira Alves. - 53830

Deliberação: Por unanimidade, deve proceder-se à audiência escrita da interessada, nos termos dos Artigos 100º e 101º do Código do Procedimento Administrativo, dando-se-lhe conhecimento do sentido provável da deliberação final, uma vez que é intenção da Câmara:

- Indeferir a pretensão, quanto à plantação de espécie de crescimento rápido (eucaliptos), face aos factos apurados pelo Serviço Municipal de Proteção Civil.

A modelação de terreno apenas deverá ser deferida quando e desde que afeta à plantação de espécie(s) adequada(s), ao local e à envolvente.

Pode a interessada pronunciar-se no prazo de 10 dias, podendo consultar o processo nos serviços municipais, na Praça Raimundo Soares, entre as 9.00 e as 16.00 horas.

Nada sendo dito, é esse o teor final da deliberação produzindo os seus efeitos definitivos após o decurso do referido prazo.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística para proceder em conformidade.



Divisão de Serviços Urbanos

Nº 16 - Proposta de Deliberação do Vereador Manuel Jorge Valamatos, remetendo para aprovação, a dispensa do pagamento dos lugares de venda no mercado grossista, correspondente aos dias em que o mesmo não poderá realizar-se, devido ao espaço estar ocupado com a feira anual de S. Matias. - 56806

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a proposta apresentada.

À Divisão de Serviços Urbanos para proceder em conformidade.



Nº 17 - Proposta de Deliberação do Vereador Manuel Jorge Valamatos, acerca do pedido da empresa Viveiros Agrícolas Frutiplantas, Lda, através do seu representante António Augusto Pereira Simões, a solicitar a transferência do processo nº 245 da feira semanal, para o nome de Maria da Conceição Pereira, alegando, para o efeito, o facto da referida empresa ir deixar de estar presente na feira semanal, e o facto da senhora para quem pretendem a mudança ser mãe do sócio da referida empresa. - 56404

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a transferência do referido processo, nos termos solicitados.



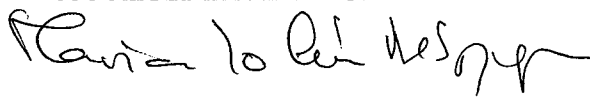
Encerramento da Reunião

E não havendo mais assuntos a tratar, a Presidente declarou a reunião encerrada pelas quinze horas e vinte e seis minutos.

De tudo para constar se lavrou a presente ata, que se encontra aprovada, inclusive por minuta as deliberações, com exceção das intervenções dos elementos do executivo não determinantes de deliberação.

A Assistente Técnica a redigiu e também a assina.

A PRESIDENTE DA CÂMARA



A ASSISTENTE TÉCNICA

